

Cargo: S05 - PROCURADOR DO MUNICÍPIO**Disciplina: CONHECIMENTOS NA ÁREA DE FORMAÇÃO**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
31	Lei do Pluviose de 1800.	Em resposta ao recurso interposto, a banca entende que o pedido de recurso é procedente e decide pelo deferimento e consequente anulação, tendo em vista que a Lei de Pluviose de 1800 é o marco da origem do Direito Administrativo segundo os autores, porém não faz parte a origem no Edital.	DEFERIDO	ANULADA
34	Impetrar com um mandado de segurança determinando o pagamento dos salários dentro do prazo legal, podendo ocorrer indenizações e multas diárias em caso de descumprimento da decisão.	A questão 34 está fundamentada pela decisão SL 883 MC, Relator(a): Min. Presidente, Decisão Proferida pelo(a) Ministro(a) RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 28/05/2015, publicado em processo eletrônico DJe-102 Divulgada 29/05/2015 Publicada 01/06/2015). O gabarito afirma que deve o servidor impetrar com um mandado de segurança, podendo ocorrer indenizações e multas diárias. Portanto, poderá o servidor impetrar um mandado de segurança mesmo que não ocorra indenizações e multa diárias, sendo um direito do mesmo de preservar seu direito através dessa ferramenta processual.	INDEFERIDO	-
40	O empresário realizou um ato previsto no código tributário nacional chamado de denúncia espontânea, entretanto o mesmo deveria ter arcado também com os juros dos pagamentos atrasados. portanto, poderá a fazenda pública aplicar uma multa a empresa.	A questão 40 coloca um caso prático, onde se fala do não pagamento de tributos perante à Fazenda Pública, tendo assim nexos com o Edital, visto ser tributos um dos seus tópicos. Por mais, a denúncia espontânea é uma infração, sendo uma norma tributária prevista no art. 138 do CTN, ponto também cobrado pelo Edital e além do que a infração é um caso prático da aplicação da norma tributária, outro ponto também cobrado pelo Edital.	INDEFERIDO	-
41	Valor igual ou inferior a R\$20.000,00 reais.	A questão 41 realmente encontra um equívoco, visto que em matéria federal que se aplica o disposto na portaria 75 e 130 do Ministério da Fazenda. Portanto, em resposta ao recurso interposto, a banca entende que o pedido de recurso é procedente e decide pelo deferimento e consequente alteração do gabarito anteriormente divulgado.	DEFERIDO	Valor igual ou inferior a R\$10.000,00 reais.
45	A modalidade convite passou para R\$330.000,00 mil reais para obras e serviços de engenharia e para compras e serviços que não sejam de engenharia passou para o valor de R\$176.000,00 reais.	A questão 45 segue o novo Decreto 9.412/2018, não podendo ser cobrado pelo Edital visto que estava em <i>vacatio legis</i> quando o mesmo foi publicado. Portanto, em resposta ao recurso interposto, a banca entende que o pedido de recurso é procedente e decide pelo deferimento e consequente anulação da questão.	DEFERIDO	ANULADA
47	Não será aceito o pedido de desaposentação, exceto no salário-família e reabilitação profissional.	Na questão 47 a resposta correta está baseada no Recurso Extraordinário (RE) 381367 do STF e na lei Lei nº 8.213/91. Art. 181-B, onde "As aposentadorias por idade, tempo de contribuição e especial concedidas	INDEFERIDO	-

	sendo essa negação baseada no princípio da solidariedade.	pela previdência social, na forma deste Regulamento, são irreversíveis e irrenunciáveis." Além do mais, a resposta é fundamentada também pelo Decreto nº 3.048/99. Por fim, a posição do nosso Supremo Tribunal Federal é de que não poderá haver pedido de desaposentação nesse caso conforme o art. 18, § 2º da Lei nº 8.213/91. Art. 18 (...) § 2º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado. Por fim, o sistema previdenciário brasileiro é solidário à luz do art. 3º, I, da CF/88.		
50	Efeito Erga Omnes e vinculante.	Para atender ao princípio de isonomia e transparência, temos a esclarecer que por haver duas respostas plausíveis, igualmente corretas, a banca decide pela anulação da questão. Trata-se das respostas: EFEITO ERGA OMNES, VINCULANTE E EX TUNC.	DEFERIDO	ANULADA